

PODER

Comissão vota MP que tributa as aplicações

A medida provisória, editada pelo governo em junho, visa compensar a revogação do decreto que aumentava o IOF. Texto perderá a validade se não for apreciado até amanhã

» VANILSON OLIVEIRA

A comissão mista do Congresso Nacional se reúne hoje, às 9h, no Senado, para analisar o relatório do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) sobre a Medida Provisória (MP) 1.303/2025, que trata das novas regras de tributação de investimentos e ativos financeiros. A sessão será presidida pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) e ocorre sob clima de urgência, já que perde a validade amanhã, caso não seja aprovada na comissão especial, na Câmara e no Senado.

Editada em junho, a medida foi o instrumento encontrado pelo governo para compensar a revogação do decreto que aumentaria o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O texto amplia a incidência do Imposto de Renda (IR) sobre fundos e títulos até então isentos, cria regras para o mercado de criptoativos, redefina a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras e eleva a carga tributária sobre as apostas esportivas.

De acordo com o Ministério da Fazenda, o objetivo da proposta é “corrigir distorções, construir isonomia tributária e manter o equilíbrio fiscal do Brasil”. As estimativas oficiais projetam arrecadações de R\$ 10,5 bilhões em 2025 e de R\$ 20,6 bilhões em 2026, consideradas fundamentais para sustentar o novo arcabouço fiscal e o esforço de recomposição das contas públicas.

O governo propõe padronizar a tributação sobre novas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e debêntures incentivadas, fixando a alíquota de 5%. Para os investimentos já tributados, o texto estabelece taxa única de 17,5%, independentemente do prazo de aplicação. A medida também acaba com a isenção para criptoativos em transações de até R\$ 35 mil mensais, mantendo a poupança isenta.

O relatório de Zarattini inicialmente previa elevar de 5% para 7,5% o IR sobre LCI e LCA, o que gerou forte reação da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA). Diante da pressão, o relator passou a avaliar a retomada da isenção total desses papéis, numa tentativa de construir acordo e evitar que o texto seja derrotado na comissão. Os ruralistas consideram qualquer tributação “um ataque direto ao crédito do campo” e prometem obstruir a votação caso a medida avance.

Carlos Moura/Agência Senado



O relatório do deputado Carlos Zarattini será analisado pela comissão mista do Congresso



Consolidar essa MP é uma forma de mostrar que estamos implicados em um trabalho sério e que dialoga com a realidade da população

Daiana Santos (PCdoB-RS), deputada

As letras de crédito, usadas para financiar o agronegócio e o setor imobiliário, são populares entre investidores pessoas físicas justamente por sua isenção tributária histórica. A possibilidade de taxaçaõ se tornou o principal ponto de atrito entre o governo e a bancada do agro, que vê risco de reduçaõ na captaçaõ de recursos para o crédito rural.

Entre os parlamentares da base, a orientaçaõ é blindar o texto original e manter o diálogo político ativo. A deputada Daiana Santos (PCdoB-RS) destacou o esforço do governo para negociar com todos os líderes e consolidar a votaçaõ da MP. “A gente tem tratado desse tema com toda a delicadeza necessária para poder fazer um avanço, costurando com todos os líderes.

Para o governo, é fundamental que a gente tenha essa responsabilidade. Não apenas por ser um ano eleitoral, mas porque temos o compromisso de entregar respostas concretas à sociedade”, afirmou.

A parlamentar reforçou que o Executivo busca demonstrar seriedade e compromisso com a estabilidade econômica, sem ceder à lógica de curto prazo. “Consolidar essa MP é uma forma de mostrar que estamos implicados em um trabalho sério e que dialoga com a realidade da populaçaõ”, disse.

Responsabilidade

Daiana reconheceu que haverá destaques e emendas durante a análise, especialmente vindos de bancadas contrárias, como a do agro, mas defendeu que o debate faz parte do processo democrático. “Vão surgir emendas e discussões, e isso é legítimo. O regimento preconiza esse caminho. Mas aqueles que têm responsabilidade e compreendem o impacto da MP não devem criar grandes obstáculos para que ela avance”, concluiu.

Outro ponto sensível é o aumento de 12% para 18% na tributação sobre o GGR (Gross Gaming Revenue) das apostas esportivas. A medida incide sobre o faturamento das empresas, e não sobre os prêmios pagos aos apostadores. As operadoras afirmam que a mudança pode afetar a competitividade do setor, enquanto o governo argumenta que é necessário ampliar

a arrecadaçaõ sobre um mercado em rápida expansãõ.

O parecer de Zarattini também reformulou a tributaçaõ das debêntures, mantendo isençaõ para pessoas físicas e aplicando 17,5% para as empresas. Além disso, preserva a alíquota de 25% para rendimentos oriundos de paraísos fiscais, com vigência apenas um ano após a sançaõ da lei, e amplia isenções para CRI, CRA e CPR, em tentativa de acomodar os interesses do mercado financeiro.

No setor bancário, a MP redefine a CSLL (Contribuiçaõ Social sobre o Lucro Líquido). As antigas alíquotas de 9%, 15% e 20% passam a ser substituídas por um modelo fixo: 15% para seguradoras, instituições de pagamento e casas de câmbio, e 20% para bancos e sociedades de crédito. Segundo a Fazenda, a medida visa harmonizar a carga tributária e eliminar distorções históricas entre diferentes tipos de instituições.

A proposta também endurece o controle sobre compensações tributárias indevidas, proibindo o uso de créditos de PIS/Cofins sem relaçaõ direta com a atividade econômica e considerando fraudulentas as declarações com documentos de arrecadaçaõ inexistentes. O texto ainda traz medidas sociais, como o limite de 30 dias para concessãõ de auxílio-doença sem perícia médica, a inclusãõ do Programa Pé-de-Meia no piso constitucional da educaçaõ e a transferênciã ao Ministério do Trabalho e Emprego da gestão do seguro-defeso dos pescadores artesanais.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Aproximaçaõ entre Lula e Trump tem uma pedra no caminho: Marco Rubio

A conversa telefônica entre Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump deu início a negociações que podem redefinir o eixo das relaões entre Brasil e Estados Unidos. O telefonema, ocorrido após meses de tensãõ comercial e desconfiança política, foi “cordial, mas tenso”, segundo assessores. Há disposiçaõ para o diálogo, mas também uma consciênciã clara de que os dois líderes partem de posições ideológicas e estratégicas muito antagônicas. Será necessário um reposicionamento de ambos.

De qualquer forma, foi passo decisivo para equacionar impasses acumulados desde o anúncio, por parte do governo norte-americano, de tarifas de até 50% sobre o aço e o alumínio brasileiros. Para Washington, a taxaçaõ foi uma resposta à política industrial brasileira, vista como protecionista. A Casa Branca, entretanto, sinalizou disposiçaõ para rever as medidas caso o Brasil ofereça contrapartidas em temas como regulaçaõ digital, biocombustíveis e investimentos em semicondutores.

A situaçaõ exige pragmatismo para administrar tensãõ política. No plano comercial, a retomada de acordos setoriais, a revisãõ das tarifas e a cooperaçaõ tecnológica em energia limpa sãõ prioridades compartilhadas. No entanto, as divergências crescem em áreas como meio ambiente, governança global e direitos humanos. Trump, alinhado ao lobby petrolífero e às forças conservadoras, pressiona o Brasil por maior abertura ao investimento privado em exploraçaõ de gás e petróleo, enquanto Lula defende o fortalecimento da Petrobras e da transiçaõ energética verde.

Outro ponto sensível é geopolítico. Washington quer conter o avanço chinês e russo na América Latina e vê no Brasil uma peça-chave dessa contençaõ. Lula, por sua vez, insiste na autonomia diplomática e na manutençaõ do Brics como contrapeso às potências ocidentais. Essa diferença de perspectiva — entre a busca brasileira por multipolaridade e o unilateralismo trumpista — será um obstáculo constante nas tratativas. Tradicionalmente, a política externa brasileira é orientada pelos interesses prioritários do Brasil. Neste momento, a prioridade é normalizar a relaçaõ com a Casa Branca.

Um fator crítico dessas negociações é a escolha de Marco Rubio como principal interlocutor da Casa Branca. Não deixa de ser natural, por ser o secretário de Estado, cargo que equivale ao de chanceler no Brasil, mas acontece que Rubio é o principal interlocutor do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e do influenciador Paulo Figueiredo, que articularam com ele o tarifaço de Trump sobre as exportações brasileiras e as sanções às autoridades brasileiras.

Senador pela Flórida e atual secretário de Estado, Rubio é um dos republicanos mais experientes no campo da política externa e figura central no eixo anticomunista do Partido Republicano. De origem cubano-americana, construiu sua carreira com um discurso duro à esquerda na América Latina e uma retórica muito agressiva em relaçaõ a Cuba, à Venezuela e à Nicarágua. Rubio é pragmático no plano econômico, mas inflexível do ponto de vista ideológico.

Defende o livre-mercado, mas adota a doutrina da “pressão máxima” sobre governos que considera autoritários ou hostis aos Estados Unidos. Em seu novo papel, comandará a interlocuçãõ da Casa Branca com o vice-presidente Geraldo Alckmin e os ministros Mauro Vieira (Relações Exteriores) e Fernando Haddad (Fazenda). Rubio tentará impor ao Itamaraty condicionantes relativos à questãõ dos direitos humanos em Cuba e na Venezuela, temas sobre os quais o governo Lula mantém uma posiçaõ crítica às sanções norte-americanas.

Desafio

A engenharia política dessa negociaçaõ é delicada. Lula busca preservar o espaço do Brasil como mediador global e ator autônomo; Trump quer reafirmar a supremacia americana e cooptar o Brasil para sua cruzada antiglobalista. A presença de Rubio à frente das negociações sinaliza uma abertura para a negociaçaõ, porém dentro de um marco ideológico claramente definido. Para o Brasil, o desafio será converter a reaproximaçaõ em ganhos concretos — na área comercial, energética e tecnológica —, sem ceder soberania nem romper com o Sul Global.

A posiçaõ do Brasil na largada já está definida: pragmatismo econômico e coerência diplomática na política externa independente. A conversa entre Lula e Trump foi apenas o primeiro movimento de uma longa partida de xadrez. O próximo lance — talvez um encontro bilateral na Casa Branca — mostrará se prevalecerá a cooperaçaõ ou a imposiçaõ. Trump, afirmou, nesta segunda-feira, na rede própria, a Truth Social, que teve uma “muito boa” conversa telefônica com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil.

Ele indicou que os dois devem se encontrar: “Esta manhã tive uma ótima ligaçaõ telefônica com o presidente Lula, do Brasil. Discutimos muitas coisas, mas o foco principal foi a economia e o comércio entre nossos dois países”, escreveu o norte-americano. “Teremos novas discussões e nos encontraremos em um futuro não muito distante, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Gostei muito da conversa — nossos países farãõ grandes coisas juntos”, completou Trump.

CPMI DO INSS

Empresário só responde ao relator

Carlos Moura/Agência Senado



Fernando Cavalcanti se recusou a responder a perguntas da comissão

negou as acusações de que integra o esquema de desvios de mensalidades de aposentados. Ele disse não ser laranja nem beneficiário do esquema. Ele afirmou, ainda, desconhecer as atividades ilícitas de Nelson Willians e de Maurício Camisotti.

Willians é dono de um dos mais caros escritórios de advocacia do país e que se tornou conhecido

por ostentar em suas redes sociais uma vida de luxo.

Ele atuava com Maurício Camisotti e Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, apontados como os principais operadores do esquema de corrupçaõ.

“O que tenho conhecimento da relaçaõ entre os dois sãõ esses empréstimos que sãõ pagos até hoje, contratos. Nunca fui laranja, atuador

ou beneficiário de qualquer esquema. Minha atuaçaõ sempre foi de gestor, e os pagamentos recebidos sempre foram compatíveis com todas as funções que eu desempenhava com a minha vida”, afirmou.

Durante a operaçaõ, a Polícia Federal apreendeu mais de 20 veículos de luxo pertencentes a Cavalcanti. Entre os veículos, estãõ uma Ferrari, avaliada em cerca de R\$ 4,5 milhões, uma réplica de um carro de fórmula 1 e diversas motos.

Os veículos foram apreendidos em um shopping de Brasília e foram encaminhados para lá, um dia antes da Operaçaõ Sem Desconto, deflagrada em 23 de abril do ano passado.

“Contra Fernando Cavalcanti não pesa qualquer investigaçaõ de envolvimento de fraude com o INSS. Não houve ocultação, nem má-fé. Os veículos mencionados sãõ de propriedade da minha empresa, adquiridos de forma lícita, alguns ainda em financiamento, como a tão falada Ferrari, que só termino de pagar, salvo melhor juízo, em 2027. Aqui em Brasília é comum que carros sejam guardados em estabelecimentos comerciais”, disse. (Agência Brasil)